

A INVENÇÃO GEOGRÁFICA DA AMAZÔNIA

THE GEOGRAPHICAL INVENTION OF THE AMAZON

LA INVENCION GEOGRÁFICA DE LA AMAZONÍA

José Aldemir de OLIVEIRA¹

jaldemir@ufam.edu.br

RESUMO

O artigo discute a partir da análise das várias territorialidades, a formação das sociedades locais influenciadas por interferências externas na cultura e na natureza. O artigo desenvolve a ideia de que a invenção geográfica da Amazônia resulta de espacialidades projetadas, umas concretizadas, outras virtuais, delineadas como formas de ocupação e domínio do território. Finalmente, o texto aponta que tais ações são quase sempre desconsideradas e que, para superar essa visão, que de certo modo predomina nas análises sobre a Amazônia, devem-se considerar, além das macroestruturas, as coisas simples e a vivência do dia a dia.

Palavras-chave: Amazônia. Geografia. Sociedade e natureza. Territorialidades.

ABSTRACT

The article analyses several territorialities in order to discuss the formation of local societies influenced by external interferences in its culture and nature. The article develops the idea that the geographical invention of the Amazon results from projected space issues, some concrete, others virtual, delineated as occupation forms and territory domains. Finally the text points that such actions are almost always disrespected and, to surpass this vision that in certain way predominates over the analyses about the Amazon, we must consider, beyond the macrostructures, the simple things and the experience of day-by-day.

Keywords: Amazon. Geography. Society and nature. Territorialities.

RESUMEN

El texto discute el análisis de varios territorios, la formación de las sociedades locales influenciadas por interferencias externas en la cultura y en la naturaleza. Desarrolla la idea de que la invención geográfica de la Amazonía resulta de espacialidades proyectadas; unas materializadas, otras virtuales, delineadas como modos de ocupación y dominio del territorio. Finalmente, el texto indica que tales

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Sociedade e Cultura da Amazônia da UFAM, pesquisador do CNPq.

OLIVEIRA, J.A. A invenção geográfica da Amazônia. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 184-197, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

acciones son casi siempre desconsideradas y que, para superar esta visión que de alguna manera predomina en los análisis sobre la Amazonía, deben ser considerados además de las macro estructuras, las cosas simples y la experiencia del cotidiano.

Palabras claves: Amazonía. Geografía. Sociedad y naturaleza. Territorialidad.

1. INTRODUÇÃO

Na reedição do livro a **Invenção da Amazônia**, Armando Dias Mendes propõe que os amazônidas deveriam inventar de novo a Amazônia, ou inventar uma Amazônia nova. Do ponto de vista desse artigo, a invenção geográfica da Amazônia se inicia a partir da chegada dos europeus, quando passam a ser produzidas diferentes formas espaciais para servir de base ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, o que se chocou com as relações de produção até então existentes. Estas estavam fundamentadas em relações simples do homem com a natureza de onde era retirado o necessário à sobrevivência do grupo. Isso não significa dizer que as relações sociais preexistentes na Amazônia estivessem isentas de conflitos e tampouco fossem harmoniosas, mas estavam orientadas pelo uso.

O espaço estava organizado para garantir formas simples de sobrevivência do grupo, mas estas relações se transformaram quando passaram a ser mediadas por interesses longínquos, cada vez mais afastados das possibilidades de relação com o espaço próximo. As relações sociais de produção passaram a depender de fatores externos que ultrapassaram o lugar (Santos, 1992). O espaço, por sua vez, passou a ser penetrado e moldado por interesses distantes dele, predominando relações sociais mediadas pelo mercado. Não foi um processo diacrônico, nem atingiu ao mesmo tempo todos os lugares da Amazônia, porém configurou-se numa tendência que, no início do século XXI, revela contradições calcadas na lógica do avanço de novas relações sociais de produção, que, de um lado, introduz tecnologia e modernização dos meios de produção e, do outro, caracteriza-se pela degradação do meio ambiente e destruição das relações sociais existentes. E o que é pior: não é capaz de criar novas relações

socioespaciais que signifiquem a melhoria das condições de vida das populações locais, além de destruir gradativamente as bases culturais das mesmas.

Nesse contexto, o Estado fixou sua racionalidade, explodiu as relações sociais preexistentes, reorganizando-as em função das novas necessidades e, para isso, teve no espaço um elemento privilegiado (Lefebvre, 1978, p. 262). Na Amazônia, em diferentes épocas, o Estado produziu um espaço revelador de sua natureza imanente.

Os exemplos são vários, optaremos neste artigo discutir as especialidades amazônicas a partir da exploração da borracha, passando pela tentativa de retomada da produção nos anos 40, pelas políticas desenvolvimentistas a partir dos anos 70 e, no momento atual, pela valorização da natureza como possibilidade de desenvolvimento. Em todos esses processos, pode-se sustentar que as relações sociais predominantes na Amazônia foram determinadas à região, em última instância, por interesses exógenos aliados a interesses endógenos quase sempre representando prejuízos às populações locais.

As espacialidades decorrentes da exploração do látex

No período em que predominou a extração do látex, a atividade era feita de forma dispersa e isolada nos altos rios, contribuindo para a existência de um vínculo exclusivo do seringueiro com o barracão, o que limitava as possibilidades de circulação restritas ao produto saído da floresta. Com isso não se criavam formas espaciais mais perenes pela não-agregação de valores à produção. Como resultado, generalizou-se o aviamento como meio de troca nos seringais, contribuindo para a preservação da hierarquia do poder existente, reforçando e garantindo a dependência do seringueiro ao barracão. O trabalho nos seringais estava baseado em relações de coerção; em decorrência, engendrou-se uma moralidade própria eminentemente característica dos seringais com catálogo de punições e a condenação por desvios de produção (Santos, 1980, p. 152).

Mas as espacialidades impostas não se restringiam às determinações do lugar - assinalem-se as dimensões externas que determinam o movimento de produção e reprodução ultrapassando os limites regionais. No período da

borracha, foram criadas as condições que possibilitaram a internalização das atividades econômicas nos lugares mais centrais da Amazônia, por meio da introdução da navegação a vapor, em 1853, e da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1867, representando determinações exógenas. Tais determinações produziram novos espaços para atender às necessidades das relações sociais de produção que passaram a existir a partir de então.

O espaço foi engendrado em redes e os rios se transformaram nas vias por onde se estabeleceram rotas, possibilitando a exploração dos seringais na busca do látex. Estabeleceu-se uma rede de circulação reveladora das relações de poder que não estava estrita às casas aviadoras locais, mas se ligava aos interesses de grupos econômicos nacionais (Mauá, por exemplo), revelando o domínio do espaço por certo segmento da classe dominante. Produziu-se um espaço que não perdeu as qualidades naturais intrínsecas. Os rios tornaram-se tanto meio como fim das determinações socioespaciais produtoras de um novo território (Raffestin, 1993, p. 158). As grandes distâncias não foram obstáculos quando se tratou de estabelecer condições necessárias à exploração dos recursos naturais que, em diferentes períodos, eram explorados na região.

No entanto, o espaço não se produz apenas pelas relações de classes, nem pelas relações de produção, mas pelas especificidades de sua própria produção. São as relações socioespaciais resultantes do conhecimento acumulado que criam as possibilidades de permanências e de rupturas. Tais relações foram destruídas, mas foram recriadas a partir de novas dimensões. Entretanto, “se por um lado era necessário que as condições de existência do antigo modo de vida fossem destruídas, com efeito, era igualmente necessário que preexistissem os elementos constitutivos do novo modo de vida, materialmente e em idéia” (Granou, 1975, p. 63).

Com a crise da borracha, a maioria da população dispersa nos vales dos altos rios e submetida a precárias condições de vida, diante do intenso processo de exploração e em decorrência da diminuição da procura pelo látex, busca, por meio do conhecimento acumulado sobre o espaço vivido, criar as possibilidades de permanência e de ruptura. A possibilidade de ruptura decorrente de uma

compreensão da produção do espaço a partir de relações sociais de produção foi destruída, mas foi recriada a partir de novas dimensões. Isso se deu com os nordestinos que, ao serem arrancados de seu meio, de sua cultura, de seu modo de vida, conseguiram, no interior da Amazônia, reconstruí-las a partir de novas dimensões e de novas possibilidades; aconteceu ainda, de modo mais significativo, com a população indígena e cabocla.

Com isso, explicita-se uma rede de circulação reveladora das relações de poder que não estavam restritas à produção da borracha, todavia ligavam-se fortemente a uma estrutura baseada numa sociedade extrativista. Não se buscaram alternativas, por exemplo, na atividade industrial, mas na permanência das casas aviadoras locais que tentavam continuar ligadas aos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais, como pode ser percebido pelas manifestações veiculadas na **Revista da Associação Comercial do Amazonas**, que, no período, constitui-se importante fonte para a compreensão do discurso dos comerciantes.

A partir da crise da borracha, a Amazônia retorna à condição de região-problema. Como havia uma inércia local, caberia ao Governo Central intervir para acabar com a crise e tirar a região do atraso, beneficiando, assim, o todo nacional. Apesar das mudanças ocorridas no nível nacional com a Revolução de 1930, pouco ou nada foi feito para reverter a situação de crise. Isso decorreu, em parte, como resultado mudanças preconizadas pelas novas frações de classe no poder, que objetivavam transformações visando a expansão das atividades industriais.

A Amazônia e os prenúncios do projeto de integração nacional

A Segunda Guerra Mundial e o bloqueio dos seringais asiáticos determinaram um novo impulso à Amazônia. A operação que atendia a interesses de guerra dos Estados Unidos provocou certa euforia com a possibilidade de retomo ao **boom** da borracha, entretanto, este período foi efêmero e passageiro e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica.

A tentativa de retomada da produção dos seringais dos anos quarenta se insere num processo recorrente para a Amazônia de alternância de longos

períodos de estagnação e períodos curtos de progresso que nunca se completam, como já assinalado por Bertha Becker. É a história inacabada, é o nunca chegar ao ponto de transição. Aqui se está sempre à espera das migalhas que são postas pelos de fora; isso ocorre por ser a História da Amazônia a história do atraso, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim. “Não é uma história que se faz. É uma história sempre por se fazer” (Martins, 1994, p. 11). Na Amazônia, especialmente na visão das elites, a história não deve ser feita, deve ser esperada. A tentativa de retomada da economia da borracha se enquadra nesta perspectiva, pois três décadas de crise não contribuíram em nada para a busca de alternativas perenes para a Amazônia. Foi mais fácil esperar.

O marco dessa espera ocorre em outubro de 1940, com o Discurso do Rio Amazonas, pronunciado no Teatro Amazonas, em Manaus, por Getúlio Vargas. O discurso pouco acrescentava às reais necessidades da Amazônia, limitando-se a estabelecer prioridades baseadas na ideologia do vazio demográfico, na necessidade de povoar, de promover o cultivo racional e o intercâmbio com países vizinhos. Tais preocupações do governo central sintetizavam, articulavam e esboçavam o modelo de políticas a serem executadas na Amazônia, a partir de então, de integração nacional, visando o “desenvolvimento da região”, engajando-a no movimento de reconstrução nacional.

Para tanto, foi criada, instalada, implantada, ou dinamizada uma série de ações e de instituições (Oliveira, 1983, p. 264-267). Novamente a Amazônia estava inserida na reprodução ampliada do capital. Entretanto, esta não depende apenas da extração da mais-valia, mas também de formas coercitivas de extração do lucro que envolve não apenas a produção do valor, mas também e principalmente sua circulação e distribuição. Para tornar a Amazônia novamente viável, mesmo que por tempo determinado, foi necessário estabelecer intervenção no espaço, visando criar condições de implantação de infra-estrutura necessária à reprodução do capital.

Com o término da Segunda Guerra Mundial cessa o interesse, especialmente dos Estados Unidos, pela borracha da Amazônia e novamente a crise se abate sobre a região. Novas medidas são adotadas visando à adoção de

uma política econômica de valorização da Amazônia. A Constituição de 1946 estabeleceu mecanismos para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e determinou à União, Estados e municípios da zona beneficiária aplicar 3% do total da receita tributária, durante pelo menos 20 anos, no desenvolvimento regional. Sete anos depois, foi estabelecida a área de abrangência do Plano e criada a SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com a finalidade de executar o referido Plano.

A atuação do Estado para a produção do espaço representa uma intervenção intencional numa dada realidade, gerando conflitos sociais, políticos e ideológicos. A determinação da área de abrangência do Plano de Valorização da Amazônia foi um processo cercado de intenso debate e embate político no parlamento, o que determinou sucessivas ampliações da área de atuação da SPVEA, até atingir cerca de 60% do território brasileiro, constituindo-se posteriormente no que ficou conhecida como Amazônia Legal.

O dispositivo legal e a criação da SPVEA não surtiram os efeitos esperados quanto ao desenvolvimento da Amazônia; os recursos financeiros investidos pela União na região ficaram aquém dos garantidos legalmente. Estima-se que entre 1955 a 1959 apenas 60% dos recursos orçamentários tenham sido destinados e aplicados na Amazônia. Além disso, a SPVEA não teve condições políticas para incorporar criativamente os efeitos de sua própria finalidade.

A Amazônia e as políticas desenvolvimentistas

Apesar de seus modestos resultados, a SPVEA representou uma tentativa de ação mais sistemática de atuação do Estado na Amazônia e possibilitou que, a partir da década de sessenta, essa atuação fosse mais agressiva, com a sua transformação em SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. A partir da criação da nova agência, dinamizaram-se ações visando criar políticas com interfaces espaciais para o desenvolvimento das relações capitalistas na região por meio da construção da rede rodoviária, de comunicações e de energia, o que garantiu a infraestrutura para a implantação de projetos de colonização

dirigida e, juntamente com a política de incentivos e isenção fiscais, possibilitou a instalação de grandes projetos madeireiros, agropecuários e minerais.

A Amazônia passou a ser a fronteira de recursos, definida como zona de povoamento novo, em que o território é ocupado e tornado produtivo. A fronteira de recursos estava baseada na ideologia do vazio demográfico e se constituiu na estratégia institucional preconizada nos vários Planos de Desenvolvimento Nacional e referendada nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, instituídos a partir de 1964. A ocupação do “vazio” não significou melhoria das condições de vida das populações que já estavam na Amazônia ou dos pobres que chegam, ao contrário, muitas vezes criou formas de relação que excluía antigos modos de vida. Na maioria dos casos, não foram criadas alternativas que dessem conta de garantir as mínimas condições de vida ao grande contingente de população que migrou para a região.

O Governo Militar, pela sua natureza autoritária, conseguiu impor os instrumentos necessários à integração da região aos mercados nacional e internacional. A atuação do Estado foi direcionada à criação das condições de infra-estrutura e de ação política, visando incluir, de forma cada vez mais explícita e profunda, a região no contexto do modelo econômico, ou seja, ao tipo de capitalismo dependente que o Estado brasileiro passou a adotar a partir de então (Ianni, 1979, p. 66).

Esse processo com pequenas nuances permaneceu até os anos 1980, caracterizando-se como uma ação do Estado intervindo no espaço, fragmentando-o e produzindo-o para fazer frente às novas necessidades impostas por uma economia cada vez mais dependente. Nesse processo de reprodução do capital em escala regional, não ocorreu apenas a presença de um Estado mediador, mas de um Estado capturado por interesses que levassem a região à integração nacional.

O caráter regulador do Estado estabeleceu uma separação social que espacialmente se explicita através das diferenças socioeconômicas e culturais configuradas numa complexa hierarquia social que se evidencia, mais do que nunca, como hierarquia espacial.

Até então, a ação do Estado não se limitava a gerir as relações sociais pelas vias das instituições. Sua atuação para o controle da vida social e privada das pessoas se deu por uma via indireta, mas não menos eficaz, servindo-se de um instrumento privilegiado, o espaço. A construção de estradas, projetos de pesquisa mineral desenvolvidos pela CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, a construção de hidrelétricas, a delimitação e demarcação de reservas indígenas, a criação de unidades de conservação, os grandes projetos etc. são ações diretas do Estado sobre o espaço.

O Projeto RADAM da Amazônia depois ampliado para Projeto Radambrasil foi talvez o exemplo mais acabado de intervenção do Estado no espaço, pois se constituiu no suporte técnico que estabeleceu o primeiro levantamento aerofotogramétrico de porte na região capaz de possibilitar o conhecimento de recursos naturais, confirmando a existência de recursos minerais, solos com potencial agrícola, bem como o potencial de riqueza da flora. Este mapeamento abriu caminho para que se considerasse o espaço disponível à apropriação para usos privados e para a determinação do planejamento estatal, acentuando, de forma mais rigorosa, o processo de ocupação da região que havia se constituído prioridade máxima a partir dos anos sessenta.

Sobre as políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia, dois aspectos parecem importantes: em primeiro lugar, entender que algumas políticas públicas adotadas a partir do governo militar já vinham sendo adotadas anteriormente, sendo que alguns projetos e atividades foram apenas retomados ou redimensionados. O que é importante assinalar é que mesmo nos casos em que projetos foram retomados ocorreram mudanças, seja pelo modo autoritário como foram conduzidas as ações, seja pela combinação das mesmas com políticas públicas adotadas e/ou dinamizadas pelo poder público nos seus vários níveis. A verdade é que, como assinala Octavio Ianni (1981, p. 132), os governos militares foram induzidos a reelaborar e desenvolver as políticas regionais para a Amazônia.

Em segundo lugar, pode-se destacar que o entendimento do modo como o

espaço foi produzido na Amazônia no período só será possível se estiver acoplado à compreensão da sociedade, pois o espaço não se produz completamente isolado, ele é o resultado de transformações e permanências herdadas da cultura de um povo. Neste sentido, compreender como foi, como é e como serão as políticas territoriais aplicadas à Amazônia, significa diagnosticá-la e prognosticá-la, mais que isso, significa saber quem somos, pois é esse o desejo que encerra toda a busca da identidade perdida. Recuperá-la implica recuperar a memória sem a qual não há cultura, sem a qual o homem não existe.

Amazônia do nosso agora: contradições e possibilidades

Segundo Marilene Corrêa da Silva, a Amazônia poderia ser definida no nosso agora como um conjunto de lugares com vários caminhos para o mundo; lugares onde a natureza dos processos externos aparece como delineamentos diversos e inovadores; lugares de demonstração da complexidade que envolve o local e o global (1999, p. 226). Há lugares que não foram atingidos por esse processo onde se sobrepõe reserva territorial estratégica ou espaço de colonização pioneira. A sua reconfiguração regional neste quadro mescla e sobrepõe caminhos que tendenciam à mundialização e aos caminhos naturais e sociais que guardam dimensões e sentidos traçados em outras épocas. São inúmeras as formulações dos significados e implicações desses cruzamentos, sobrepostos uns aos outros, que são opostos, complementares e sobrepostos.

Há, em curso nas primeiras décadas do século XXI, uma transição da fronteira amazônica para o desenvolvimento sustentável. Segundo Bertha Becker, essa nova estratégia não é apenas uma dimensão global do capital, por exemplo, com a retração de investimentos das agências internacionais, mas resulta da ação de múltiplos sujeitos sociais e do novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais da Amazônia que passa a ter como uma das variáveis a dimensão científico-tecnológica da natureza (2004, p. 33). Para a autora, as organizações da sociedade civil e as experiências alternativas têm influído na mudança de rumo da política governamental (Becker, 1996, p. 224/242).

Há outro lado que também deve ser considerado. Nas últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI, a vida na Amazônia mudou de modo significativo. Mesmo nos lugares mais distantes e nas pequenas cidades, em pouco mais de uma geração, as informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por dimensões das técnicas que possibilitaram maior circulação de idéias e acesso à “modernização”. O que se pode apontar é que está ocorrendo o revigoramento de alguns núcleos urbanos já existentes e outros estão sendo criados. Ao mesmo tempo em que ocorre a integração do território possibilitando a circulação de pessoas e objetos, há a desarticulação de fluxos pretéritos e o surgimento de outros. Como esta desarticulação de fluxos não é circunscrita a si mesma, não apenas os eixos desaparecem, mas desarticulam-se atividades e daí modos de vida a eles ligados (o regatão, por exemplo). Quase sempre os padrões de circulação impostos pela modernização determinam o desaparecimento de algumas atividades e o surgimento de outras, bem como estabelecem impactos.

A questão de fundo ainda permanece, visto que as ações são pontuais com capacidade de polarização reduzida e o espaço que resulta desse processo caracteriza-se pelo controle estatal, o não-estatal, ou governamental e não-governamental que tende a impor um caráter homogêneo e fragmentado. A tendência à homogeneização ocorre porque o espaço passa a ter uma equivalência de mercado e para o mercado. Em decorrência, fragmenta-se, passando a ser tratado como reserva, módulo e unidade de preservação. Passa a se constituir num espaço lógico, embora a lógica do conjunto homogêneo seja desmentida pela fragmentação do detalhe.

A fragmentação do detalhe dá a dimensão do conflito que se estabelece no lugar. O espaço local é o espaço da vida, da resistência, colocando-se como uma contraposição à homogeneização. Neste sentido, o mesmo processo que tende a homogeneização produz o seu contrário, a resistência e a luta pelo direito a um espaço social diferenciado; neste sentido, há alguma possibilidade para as experiências alternativas.

A produção do espaço não se dá dissociada da conjuntura acima analisada. A atuação do Estado e, mais recentemente, das Organizações Não-Governamentais sobre o espaço visa o controle das atividades sociais, estabelecendo um espaço político. Esse espaço político comporta conflitos e passa a ter valor de troca, que se sobrepõe ao valor de uso. Ao mesmo tempo em que o espaço se insere no mundo da mercadoria, ele possibilita a emergência das forças sociais que passam a se opor ao poder estabelecido.

Este processo não ocorre de forma autônoma nem homogênea, nem concomitante em todos os lugares da Amazônia. Ele se realiza em alguns lugares onde existem as condições necessárias a sua reprodução. Produz-se um espaço político a partir de um processo conflituoso que possibilita a permanência dos resíduos.

E quais são estes resíduos? O espaço não se produz somente pelas relações econômicas, mas também pela reprodução das relações sociais específicas que resultam não apenas de sua produção e reprodução, mas também da e na repetição dos gestos, dos atos, da cultura e do cotidiano das pessoas. É neste espaço fragmentado que as relações sociais são destruídas e recriadas. As formas de produção do espaço criam as condições de passividade e de ruptura. Explodem os espaços anteriores e emerge o espaço possível que não restaura o lugar como era antes, mas o recria em outras condições. Este processo de recriação tem outras dimensões que fogem ao controle das organizações, governamentais ou não.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, é preciso compreender que as espacialidades pretéritas e presentes resultam das duras condições de vida, mas também da resistência, da força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é uma outra vida. Estas ações que se concretizam e se objetivam no espaço social (aqui contraposto ao espaço abstrato) quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela frequência do

estar sempre por aí e porque quase sempre a nossa preocupação é com as carências e com as perdas. Para superar essa visão, que de certo modo predomina nas análises sobre a Amazônia, deve-se analisar além das macroestruturas, as coisas simples e a vivência do dia-a-dia. Outro aspecto que também deve ser enfatizado, é que não se pode partir da premissa de que os homens e mulheres da Amazônia são apenas vítimas. As espacialidades amazônicas, em diferentes períodos, constituem-se na reatualização da exclusão, produzindo novos e velhos pobres na cidade, nas florestas, nos rios e na terra; contudo, é também delas que emergem novos sujeitos sociais produtores do espaço. Para essa gente, o processo de produção do espaço tem perdas e ganhos, mais perdas é verdade. Essa gente conhece os atalhos, as trilhas nas quais é traçada a caminhada que é a História. Muitas vezes não sabe de onde vêm, mas sempre sabem para onde vão. Por instantes, perdem-se nos caminhos, na floresta, nos rios, nas estradas de terra batida, nas ruas, nos becos, nos igarapés, nas pontes, enfim, no espaço vivido do campo e das cidades, que são espacialidades das vidas. Compreender isso é reinventar a Amazônia ou buscar a invenção geográfica da Amazônia.

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 223-281.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRANOU, André. **Capitalismo e modo de vida**. Porto: Afrontamento, 1975.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **De L'État: Les contradictions de l'État moderne dialectique et de l'État**. Paris: União Générale D'éditions, 1978.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, J.A. A invenção geográfica da Amazônia. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.3, nº5, p.184-197, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

- MENDES, Armando Dias. ***A Invenção da Amazônia***. 2. ed. Manaus: EDUA, 1997.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Enéas et al. (orgs.). ***Amazônia: desenvolvimento, ecologia***. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. p. 144-327.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. ***Cidades na selva***. Manaus: Valer, 2000.
- _____. ***Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso***. Manaus: Valer: EDUA, 2003.
- RAFFESTIN, Claude. ***Por uma Geografia do Poder***. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. ***Redescobrimo a natureza***. São Paulo: USP, 1992.
- SANTOS, Roberto. ***História Econômica da Amazônia: 1800-1920***. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais nos últimos 25 anos. In: OLIVEIRA, José Aldemir de e GUIDOTTI, Humberto (orgs.). ***A igreja arma sua tenda na Amazônia***. Manaus: EDUA, 2000, p. 223-245.